

GUIMARÃES, Luiz Carlos Forghieri. **Direitos fundamentais e relações desiguais nos contratos bancários: poder econômico e o indivíduo: teoria e prática.** 2. ed. São Paulo: Letras Jurídicas, 2012. 239 p.

GUIMARÃES, Luiz Carlos Forghieri. **Direitos fundamentais e relações desiguais nos contratos bancários: poder econômico e o indivíduo: teoria e prática.** 2. ed. São Paulo: Letras Jurídicas, 2012. 239 p. --- *Localização: 342.7(81) / G947d / 2.ed*

INTRODUÇÃO 15

SISTEMA BANCÁRIO DO BRASIL CONTRIBUI PARA
A EXCLUSÃO SOCIAL 17

CAPÍTULO I

1 – Origem da teoria jurídica dos direitos fundamentais	19
2 – Conceito e significado de direitos fundamentais	21
3 – Características dos direitos fundamentais	28
4 – Localização dos direitos fundamentais	31
5 – Dimensões dos direitos fundamentais	33
5.1 – Os direitos fundamentais de primeira dimensão	35
5.2 – Os direitos fundamentais de segunda dimensão.....	38
5.2.1 – As dificuldades de materializar os direitos sociais no Brasil	42
5.3 – Os direitos fundamentais de terceira dimensão	48
5.4 – Os direitos fundamentais da quarta dimensão	49
6 – Proteção dos direitos fundamentais	49
7 – Restrição e configuração	53
8 – Conceito de restrição dos direitos fundamentais	55
8.1 – Restrições diretamente constitucionais	55
8.2 – Restrições indiretamente constitucionais	56
8.2.1 – Reserva de lei restritiva simples	56
8.2.2 – Restrições tácitas constitucionais.....	58
9 – Núcleo essencial dos direitos fundamentais.....	58
10 – Princípio da proporcionalidade	60
10.1 – Princípio da adequação	65

10.2 – Princípio da necessidade.....	66
10.3 – Princípio da proporcionalidade em sentido estrito.....	67
11 – A eficácia dos direitos fundamentais entre particulares desiguais.....	69
11.1 – Posição da doutrina	71
11.2 – Posição dos Tribunais Ordinários	76
11.3 – Posição do Superior Tribunal de Justiça.....	78
11.4 – Posição do Supremo Tribunal Federal.....	82
12 – Análise e comentários sobre a ADin 2.591/DF	97
13 – O direito intertemporal, inclusive de ordem pública, em face do art. 5º, XXXVI, da CF	100
14 – Prequestionamento e questão suscitada: STF e STJ	104

CAPÍTULO II

1 – Princípios constitucionais	111
2 – Princípio da dignidade da pessoa humana.....	119
3 – Princípios constitucionais no âmbito dos contratos	126

CAPÍTULO III

1 – Juros remuneratórios e o sistema financeiro nacional, art. 192 da CF/88.....	131
2 – Juros remuneratórios, STJ e o Bacen	134
3 – A desmedida lucratividade das instituições financeiras no Brasil.....	136
3.1 – Realidade socioeconômica do país.....	136
3.2 – Custo real do dinheiro.....	137
3.3 – Proposta para cobrança dos juros remuneratórios.....	137
4 – Como encontrar a taxa média de mercado no site do Banco Central	139

CAPÍTULO IV

1 – Capitalização no sistema de amortização Tabela Price-TP	141
1.1 – Coeficiente da Tabela Price	148
2 – Capitalização do Sistema de Amortização Constante-SAC ...	151
3 – Capitalização do Sistema de Amortização Crescente-Sacre ...	157
4 – Transformação da taxa nominal em efetiva abarca a capitalização	161

CAPÍTULO V

1 – Leis que abarcam a capitalização	165
1.1 – Medida Provisória 1.963-17, de 30/03/2000, atualmente reeditada sob o nº 2.170-36, de 23/08/2001	166
1.1.1 – Dispositivos constitucionais que são violados pelo art. 5º da atual MP 2.170-36, de 23/08/2001	167
1.1.2 – A inconstitucionalidade formal do art. 5º da Medida Provisória 2.170-36 em relação à Lei Complementar n. 95, de 26/02/98.....	169
1.1.3 – Como arguir a inconstitucionalidade da Medida Provisória 1963, atual art. 5º da Medida Provisória 2.170?	172
1.1.4 – Órgãos especiais dos Tribunais Ordinários da federação que já declararam a inconstitucionalidade do art. 5º da atual Medida Provisória n. 2.170-36/2001	174
1.2 – Cédula de Crédito Bancário, Lei 10.931/2004.....	178
1.3 – Lei nº 11.977, de 07/07/2009.....	181

CAPÍTULO VI

1 – Outras cláusulas ilícitas nos contratos bancários.....	183
1.1 – Comissão de permanência.....	183
1.2 – Cobrança de tarifas sob vários tipos de nome	185
1.3 – Taxa de Administração, SFH	188

CAPÍTULO VII

1 – Descaracterização da mora.....	191
------------------------------------	-----

CAPÍTULO VIII

1 – Depósito em Juízo	195
-----------------------------	-----

CAPÍTULO IX

1 – Valor da causa	199
--------------------------	-----

CAPÍTULO X

1 – Justiça gratuita.....	205
---------------------------	-----

CAPÍTULO XI

Casos práticos.....	211
Caso prático 1	211
Das Ilícitudes	211
1 – Da Capitalização sobre as Parcelas.....	211
2 – Capitalização – Taxa Nominal em Efetiva.....	217
3 – Capitalização do IOF – R\$ 140,14.....	218
4 – Devolução das seguintes importâncias cobradas indevidamente pelo credor	219
5 – A Ilegalidade da cláusula sétima – item 7 – Impontualidade.....	220
6 – Depósito em Juízo	221
Caso prático 2.....	224
Os Atos Ilícitos Cometidos pelo Agente Financeiro nos Cálculos.....	224
1 – Capitalização Composta e o SAC	224
1.1 – Fluxo de Caixa Descontado, retornando a Valor Presente todas as Parcelas pela Fórmula dos Juros Compostos para evidenciar de Forma Cristalina a Capitalização Mensal no SAC	226
2 – Capitalização Composta – Taxa Nominal e Efetiva	230
3 – A Ilícitude da Forma de Cobrar a Taxa de Administração – R\$ 25,00	232
4 – A Ilícitude da Forma de Recálculo da Prestação com Base no Saldo Devedor.....	233
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	235
QUEM SOMOS LETRAS JURÍDICAS	240